



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 57ª REUNIÃO

Data: 27 de março de 2008

Horário: 9h

Sala de Reuniões Plenária – MME

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Senhor Ministro, agradecendo a presença de todos os participantes, em especial, ao representante da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE, convidado desta reunião.

As atas das reuniões 55ª e 56ª foram aprovadas com as contribuições recebidas do ONS.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICAS AO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O ONS apresentou as condições de atendimento ao Sistema Interligado Nacional - SIN, informando que as precipitações no mês de março superaram a média histórica na maior parte das bacias hidrográficas do SIN, exceto nas bacias da região Sul.

Segundo os estudos apresentados pelo ONS (PMO Abril – Preliminar), no final do mês de abril, a previsão da ENA (% da MLT) para os subsistemas é a seguinte: SE/CO – 113 %; S – 80 %; NE – 88 %; e, N – 101 %.

Para essas projeções os estudos indicam um custo marginal de operação – CMO variando de 80 a 90 R\$/MWh, para todos os subsistemas.

Na seqüência, o ONS apresentou uma proposta para o despacho de geração térmica. Inicialmente, informou que a previsão climática elaborada pelos meteorologistas do CPTEC/INPE, INMET e outras entidades que atuam nessa área, indica, para o trimestre abril – maio – junho precipitação abaixo da média para a região Sul e na média para as regiões Sudeste / Centro-Oeste e Nordeste.

Para a **região Sul**, em função da expectativa de reduzidos níveis de armazenamento dos reservatórios das bacias dos rios Uruguai e Iguaçu e considerando as condições de precipitação previstas, foi proposta a maximização do recebimento de energia pela região Sul e a continuidade da utilização plena dos recursos de geração térmica da região, exceto para a UTE Alegrete.

Para a **região Nordeste**, em função da expectativa de reduzidos níveis de armazenamento dos reservatórios da bacia do rio São Francisco, ao final do período úmido, é necessário minimizar a utilização dos recursos hidráulicos das usinas. Dessa forma, foi proposta a maximização do recebimento de energia proveniente da região Norte e a continuidade da utilização plena dos recursos de geração térmica da região, buscando a flexibilização do despacho.

Para a **região Sudeste/Centro-Oeste**, em função da evolução favorável do armazenamento, cujo valor no mês de abril deverá situar-se em patamar semelhante àqueles obtidos nos anos de 2006 e 2007, foi proposto o desligamento das usinas térmicas a óleo combustível e a continuidade do despacho de geração térmica a gás natural, visando garantir disponibilidades energéticas na região SE/CO para transferências aos subsistemas Nordeste e Sul.

Tendo em vista a necessidade de dar maior robustez ao processo decisório do CMSE, o ONS mais uma vez enfatizou a importância de se operacionalizar os Procedimentos Operativos e que para tal é necessária a aprovação pelo CMSE da metodologia proposta e em fase de análise pelo Comitê.

Todos os membros do Comitê reafirmaram a necessidade de estabelecer critérios para a definição do despacho de geração térmica por segurança energética. A subjetividade na avaliação dos parâmetros que definem a política de operação energética remete a decisões intempestivas e conjunturais, eventualmente não apropriadas para a segurança do sistema e para modicidade tarifária.

A ANEEL manifestou preocupação com os custos da geração termelétrica e, conseqüentemente, com os preços das tarifas de energia elétrica. Enumerou três alternativas para a política de operação energética: a primeira, considerando as regras atuais da CAR; a segunda, a proposta do ONS de despacho termelétrico na região Sul e Nordeste; e, a terceira, a manutenção de toda a geração térmica. Opinou favoravelmente, num primeiro momento, pela primeira alternativa.

O ONS alertou que pelas informações disponíveis o cenário de aflúncias de vazões ainda não está plenamente definido, mas há possibilidade de ocorrer, simultaneamente, baixas aflúncias nas regiões Sul e Nordeste e, dessa forma, o subsistema Sudeste/Centro-Oeste atuar como forte exportador para essas regiões.

A EPE manifestou sua opinião, afirmando que não há um cenário claro para a tomada de decisões de desligamento das térmicas. Lembrou que o CMSE vem exercendo seu papel de monitorar o sistema, aprovando propostas que resultam em segurança do atendimento e, no caso particular, diante da incerteza das aflúncias, seria prudente aguardar o final do período úmido e, assim, manter as usinas termelétricas em operação.

A CCEE também opinou pela manutenção do despacho de geração térmica, alegando que o Comitê tem competência para tomar essa decisão. Lembrou, no entanto, que essa decisão impõe custos, mas é necessário aguardar uma melhor definição das condições climáticas.

A SPE/MME comentou que o subsistema Sudeste/Centro-Oeste deve, pelas previsões do ONS, exportar energia elétrica para as regiões Sul e Nordeste e como ainda há

possibilidade de armazenamento nos reservatórios, o que garantiria a inexistência de vertimentos turbináveis sistemáticos, manifestou-se pela manutenção, pelo menos até o final do período chuvoso.

A SEE/MME concordou com as manifestações em prol da manutenção das termelétricas, ponderando, no entanto, que todos os recursos térmicos deveriam ser utilizados, independente da capacidade da usina.

A SPG/MME opinou favoravelmente pela manutenção da operação das usinas termelétricas.

A SE/MME ponderou que o equilíbrio entre a demanda e oferta de energia está garantido para os próximos anos, porém para o curto prazo este equilíbrio é muito “justo” e como ainda há margem para armazenamento nos reservatórios é favorável pela continuidade da operação das usinas térmicas.

A ANEEL comentou que a decisão envolve as questões de segurança e custo. Reafirmou seu compromisso com a segurança do sistema, porém salientou que a despesa adicional representa elevação de tarifa. Ponderou que essa decisão pode não ter impacto energético para o ano em curso, mas, provavelmente, para o próximo. Em razão das considerações expostas, reformou sua posição, opinando pelo desligamento apenas das termelétricas a óleo.

O ONS retomou o assunto relacionado com a mudança do procedimento de operação das usinas, em estudo pelo grupo técnico indicado pelo Comitê, que prevê a definição da estratégia de despacho térmico e gestão do intercâmbio. Concordou com a manutenção da operação das usinas termelétricas até a próxima reunião do CMSE, quando deve ser aprovado esse novo procedimento.

O MME, após as considerações dos membros do Comitê, fez uma abordagem geral sobre as dificuldades enfrentadas pelo setor elétrico para conduzir a expansão do sistema elétrico brasileiro. Em especial, citou as restrições impostas pelas áreas de meio ambiente. Expôs também as dificuldades para operacionalização plena da capacidade termelétrica instalada no País. Alertou para os desafios do atendimento futuro do sistema, ponderando que os riscos previsíveis devem ser eliminados e todas as ações e precauções para manter o patamar de segurança devem ser analisadas e aprovadas pelos membros do Comitê.

DELIBERAÇÃO: as usinas termelétricas deverão permanecer em operação até a próxima reunião do Comitê, quando deverá ser apreciada a proposta do novo procedimento de despacho das usinas termelétricas. Enquanto estiver em discussão o referido procedimento e estiver sendo tomada decisão “ad hoc” da operação das usinas térmicas, caberá ao ONS dimensionar o despacho destas de forma a otimizar a operação, redespachando as mesmas em caráter temporário.

3. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPTÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

No período de 15 de fevereiro a 25 de março foram registradas três ocorrências, sendo, uma na rede de operação e duas na rede básica. Em relação ao grau de severidade, todas ocorrências foram classificadas, segundo a metodologia, como de pequeno porte.

O ONS destacou que as três ocorrências estão sendo objeto de reuniões específicas para análise e Elaboração de Relatório de Análise de Perturbação – RAP.

Arquivo relacionado com esse item da pauta:

- [BISE fevereiro – março 2008](#)

4. APRESENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA: A Geração de Energia Elétrica e o Uso Múltiplo das Águas – O Papel da Agência”

A ANA fez uma apresentação aos participantes da reunião mostrando o potencial hídrico no Brasil e a evolução do marco legal. Apresentou também o papel da Agência e sua interface com o setor elétrico brasileiro. Destacou, em parte da apresentação, o crescente número de conflitos pelo uso múltiplo das águas e sua atuação, em parceria com os órgãos do setor elétrico, na harmonização desses conflitos.

Solicitou a parceria do MME para fazer gestões junto o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Ministério da Fazenda – MF para descontingenciar os recursos provenientes da parcela da União da compensação financeira aplicada às usinas hidrelétricas e a UHE Itaipu, além da arrecadação de 0,75% d

O MME agradeceu a apresentação aos representantes da ANA, relatando aos presentes que a Agência tem colaborado na solução dos problemas que afetam o setor elétrico.

Arquivo relacionado com esse item da pauta:

- [ANA Energia Uso Múltiplo – março 2008](#)

6. ASSUNTOS GERAIS

O MME, ao final, concedeu espaço na reunião para as considerações do representante da ABRATE, que agradeceu o convite do Comitê e falou da importância do sistema de transmissão no atendimento ao SIN. Informou que as

obras de expansão conduzidas pelos agentes não têm, até o momento, salvo pequenas exceções, enfrentado problemas ambientais. Por outro lado, manifestou preocupação com as ações judiciais empreendidas pelos Estados, especificamente quanto às questões de arrecadação de ICMS.

O Senhor Ministro agradeceu a participação de todos os presentes e deu por encerrada a reunião.

LISTA DE PARTICIPANTES

| NOME | ÓRGÃO |
|-------------------------------|--------------|
| Francisco Romário Wojcicki | MME |
| Albert C. Geber de Melo | CEPEL |
| Joaquim Gondim | ANA |
| Oscar Cordeiro Netto | ANA |
| Rui Guilherme A. Silva | ANEEL |
| Jerson Kelman | ANEEL |
| Antônio C. F. Machado | CCEE |
| José Carlos de Miranda Farias | EPE |
| Maurício T. Tolmasquim | EPE |
| Ricardo de P. Monteiro | MME |
| João Solto | MME |
| Márcio P. Zimmermann | MME |
| Ronaldo Schuck | MME |
| Altino Ventura Filho | MME |
| Ildo Wilson Grüdtner | MME |
| Ricardo S. Homrich | MME |
| Darico Pedro Livi | ONS |
| István Gárdos | ONS |
| Hermes Chipp | ONS |
| José Cesário Cecchi | ANP |
| José Cláudio Cardoso | ABRATE |
| Nelson Narciso Filho | ANP |
| Marcelo Meirinho Caetano | ANP |
| José Geraldo Ferreira | MME |
| Paulo Altaur P. Costa | MME |
| Tiago B. Correia | MME |
| Evaldo Luís Risso | MME |